



Ministério da Educação – Brasil
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
Reg.: 120.2.095 – 2011 – UFVJM
ISSN: 2238-6424
QUALIS/CAPES – LATINDEX
Nº. 17 – Ano IX – 05/2020
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

INCLUSÃO EM ESPORTE, CULTURA E LAZER: ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA (2000- 2018)

Prof. Dr. João Roberto de Souza Silva
Mestre em Distúrbios do Desenvolvimento – UPM - Brasil
Doutor em Educação, Arte e História da Cultura
Universidade Presbiteriana Mackenzie – UPM – Brasil
Pós –Doutorando em Educação: Psicologia da Educação – PUC-SP – Brasil
<http://lattes.cnpq.br/3399115118635753>
E-mail: joaorssil@yahoo.com.br

Ana Beatriz Caspari Galvão
Gabriella Junqueira Figueredo
Giovana Zazo Guidio
Isabel de Castro Ribeiro
Isabella Junqueira Figueredo
Rafaella Echeverria Pinho Imparato
(Alunas de Iniciação Científica do Ensino Médio)
Colégio Visconde de Porto Seguro - Morumbi

Resumo: O presente estudo tem como objetivo descrever e discutir a produção científica sobre inclusão da pessoa com deficiência nas áreas de esporte, cultura e lazer por meio das bases de dados SciElo e Lilacs. Foram considerados artigos brasileiros produzidos entre 2000-2018. Dez artigos foram encontrados na busca, os quais foram lidos na íntegra e as seguintes variáveis foram analisadas: ano de publicação, revista, tipo de pesquisa, tipo de deficiência e tema. Os dados revelam que a produção científica relacionada a esses temas nas bases de dados SciElo e Lilacs ainda é embrionária. Os artigos foram produzidos a partir de 2004 e publicados predominantemente em revistas voltadas para a área da saúde. Não

consta diferença significativa entre o número de artigos empíricos e teóricos e entre o número de artigos produzidos em cada tema. Os artigos abordam predominantemente as deficiências física e sensorial. Dessa forma, outros estudos devem ser realizados para que se discuta a acessibilidade nas áreas de esporte, cultura e lazer, de forma a contribuir para a construção de novos conhecimentos, que possam vir favorecer situações inclusivas nestas áreas.

Palavras-chaves: deficiência, inclusão; esporte; cultura; lazer.

1. Introdução

A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF (2003), define de forma ampla a deficiência como “problemas nas funções ou nas estruturas do corpo, tais como, um desvio importante ou uma perda” (CIF, 2003, pg. 11). Entende-se corpo como o organismo humano no todo, incluindo o cérebro e suas funções (aqui incluído as funções psicológicas).

Segundo Amaral (1995) a deficiência existe e não se pode negá-la, apesar de muitos tentarem de diversas formas. A pessoa com deficiência possui o direito de ser integrada na sociedade em diversas áreas, como cultura, lazer, esporte, educação e trabalho, pois faz parte deste social como todos os outros (BARROZO et al., 2012).

De acordo com Mazzotta (2008) a inclusão consiste na convivência respeitosa de uns com os outros, sendo esta essencial para que cada indivíduo possa se constituir como pessoa ou sujeito e, assim, não venha a ser meramente equiparado a qualquer coisa ou objeto, assim ressignificar as relações dentro do cotidiano faz-se necessário, uma vez que as práticas inclusivas implicam no reconhecimento da diversidade e permitem agir em direção a mais ampla igualdade de oportunidades possibilitando ao sujeito uma participação ativa e acesso a todos os âmbitos da sociedade (MAZZOTTA, 2008; SOUZA-SILVA e PIRES, 2010).

A legislação brasileira busca oferecer acesso às áreas de esporte, cultura e lazer e oferece percursos pelos quais a sociedade possa seguir. Como exemplo, o Artigo

30 do Decreto 6.949/09 (que promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo) diz:

Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência de participar na vida cultural, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, e tomarão todas as medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência possam: a) Ter acesso a bens culturais em formatos acessíveis; b) Ter acesso a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais, em formatos acessíveis; e c) Ter acesso a locais que ofereçam serviços ou eventos culturais, tais como teatros, museus, cinemas, bibliotecas e serviços turísticos, bem como, tanto quanto possível, ter acesso a monumentos e locais de importância cultural nacional.

A produção científica caracteriza-se por uma atividade que deriva de novas descobertas tecnológicas, e de conhecimentos que possibilitem o acúmulo de informações que norteiam os progressos do homem (WITTAR, 2005; SOUZA-SILVA et al., 2010). Os artigos são o meio de comunicação, das descobertas tecnológicas e avanços científicos, mais dinâmico e usual entre os produtores de ciência (SOUZA-SILVA e TORRES 2011).

De acordo com Oliveira (1999) o progresso científico está relacionado e/ou depende da avaliação sistemática desta produção, pois assim há possibilidade do constante aperfeiçoamento do conhecimento. (SOUZA-SILVA e TORRES 2011). Desse modo, o presente artigo tem como objetivo descrever e discutir a produção científica sobre inclusão da pessoa com deficiência nas áreas de esporte, cultura e lazer por meio das bases de dados SciElo e Lilacs, de forma a contribuir para a construção de novos conhecimentos que possam vir a favorecer situações inclusivas nestas áreas. Além disso, busca contribuir para orientação e atualização de novos estudos de revisões sistemáticas.

1.1. ESPORTE

O esporte é considerado um dos fenômenos sócio culturais mais importantes do século XX (TUBINO, 1999). Stigger (2005) afirma que o esporte é um fenômeno sociocultural com formas de manifestação heterogêneas. Para Barbanti (2006) o

esporte é um fenômeno cultural e social que influencia e sofre influência da sociedade e muitas vezes seus problemas são os mesmos da própria sociedade.

O esporte pode ser compreendido como sendo uma atividade física na qual as regras são padronizadas e estabelecidas por entidades oficiais, devendo sua prática apresentar aspectos técnicos e organizacionais que tornem formais as habilidades motoras envolvidas na sua prática (BARBANTI, 2006). Esta definição evidencia a característica de alto rendimento do esporte.

De acordo com Tubino (1999) o esporte até os jogos olímpicos de 1964 era compreendido somente pela ótica do alto rendimento ou da performance, porém o esporte ampliou seu conceito em 1947 quando a Unesco publicou a Carta internacional de Educação Física e Esporte que estabelecia em seu primeiro artigo que a atividade física ou a prática esportiva era um direito de todos, assim como a educação e a saúde. “Esse documento serve como referência em todos os países do mundo, e já provocou modificações profundas no papel do Estado diante do esporte possibilitando até a inclusão do tema nos textos constitucionais, como aconteceu no Brasil na constituição de 1988” (TUBINO; 1999, p.26).

Após a publicação deste documento pela Unesco um novo conceito de esporte foi estabelecido, e o esporte que antes era direcionado apenas para as pessoas que visavam o alto rendimento, passou a ser um direito de todos. Desse modo, o esporte pode ser entendido a partir de três manifestações de sua prática: o esporte-educação (ocorre no espaço escolar e visa a formação da cidadania), esporte-participação (praticado de forma espontânea, objetivando o lazer e a saúde) e o esporte-performance (possui regras estabelecidas por entidades internacionais), tais manifestações representam as dimensões sociais do esporte (TUBINO, 1999).

Pode-se entender que as três dimensões do esporte citadas acima contemplam pessoas com e sem deficiência, sendo que quando o esporte for praticado por pessoas com deficiência, deve considerar as limitações físico-motoras, sensoriais e mentais impostas pelas respectivas deficiências (SAMULSKI, 2009).

A história do esporte para as pessoas com deficiência começou na Inglaterra. Ludwig Guttmann criou o Centro Nacional de Lesionados Medulares do Hospital de Stoke Mandeville, destinado a tratar homens e mulheres do exército inglês feridos na Segunda Guerra Mundial. A partir desse momento surgem duas correntes de pensamento, uma delas, com enfoque médico, apresentada por Guttmann, utilizava o esporte como auxílio na reabilitação de seus pacientes buscando amenizar também os problemas psicológicos advindos principalmente do ócio no hospital (ARAÚJO, 1997). A outra corrente, norte-americana, utilizava o enfoque esportivo como forma de inserção social, dando a conotação competitiva utilizada pelo esporte (COSTA; SOUSA, 2004).

No Brasil, a educação física começa a se preocupar com atividade física para pessoas com deficiência apenas após o ano de 1950 e o marco deste desenvolvimento foi em 1958 com a fundação do Clube do Otimismo no Rio de Janeiro e do Clube dos Paraplégicos em São Paulo (COSTA; SOUSA, 2004). Para Barrozo et al. (2012) com o passar do tempo, com o desenvolvimento do esporte adaptado e a participação crescente das pessoas com deficiência no esporte, foram criadas entidades de deficiências afins. Atualmente, existem inúmeras associações que compõem o Comitê Paralímpico Brasileiro. Essas entidades têm como objetivo incentivar o esporte para pessoas com deficiência e organizar o desporto em nível de competições regionais, nacionais e internacionais (COSTA; SOUSA, 2004).

1.2. CULTURA

O termo “cultura” surgiu em 1871 como síntese dos termos Kultur e Civilization. Edward Tylor sintetizou-os no termo inglês Culture. Com isso, Tylor abrange num só vocábulo todas as realizações humanas e afasta cada vez mais a ideia de cultura como uma disposição inata, perpetuada biologicamente (LARAIA, 1986).

Para Tylor cultura é “um todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade.” (LARAIA, 1986, p.63).

Desse modo, conceituar cultura é compreender os muitos caminhos que conduziram os grupos humanos às suas relações presentes e suas perspectivas de futuro isso porque o desenvolvimento da humanidade está marcado por contatos e conflitos entre os diferentes modos de organizar a vida social, de se apropriar dos recursos naturais e transformá-los, de conceber a realidade e expressá-la (SANTOS, 2009).

De acordo com Chauí (1985, p.11), cultura refere-se ao “conjunto de práticas e de ideias produzidas por grupos que se especializam em diferentes formas de manifestação cultural – as artes, as ciências, as técnicas, as filosofias”.

De acordo com a Constituição Federal Brasileira de 1988, no Artigo 215: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988), sendo uma das grandes preocupações da sociedade democrática norteando e influenciando a decisão e a formação como sujeitos (RIBEIRO, 2003).

O Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), de 1991, que, norteia as ações do Ministério da Cultura (MinC), considera espaços culturais os equipamentos destinados ao uso ou frequência coletivos, “orientados principalmente para a produção, criação, prática, acolhimento, divulgação e/ou comercialização de bens e serviços culturais, geridos por instituições públicas ou particulares”. O mencionado documento oficial define acessibilidade como “intervenções que objetivem proporcionar a pessoas com mobilidade reduzida ou deficiências condição para utilização, com segurança e autonomia, de espaços onde se realizam atividades culturais ou espetáculos artísticos [...]”. É importante lembrar que a proposta não é criar ambientes e espaços separados, para uso exclusivo das pessoas portadoras de deficiências, o que seria outra forma de discriminação, e sim, desde o projeto pensar em sistemas e ambientes que possam ser utilizados por todos.

David et al. (2012) cita que entre tais iniciativas de acessibilidade, encontra-se a audiodescrição, uma tecnologia social cujo objetivo é viabilizar a acessibilidade dos deficientes visuais a filmes, peças de teatro, espetáculos de dança, programas

de TV etc. Quando aplicada a filmes, a audiodescrição consiste basicamente na descrição verbal das imagens visuais e ocorre nos intervalos entre as falas do narrador ou dos personagens em cena.

No Brasil, a primeira definição legal foi estabelecida na Portaria Nº 310, de junho de 2006, segundo a qual a audiodescrição “corresponde a uma locução, em língua portuguesa, sobreposta ao som original do programa, destinada a descrever imagens, sons, textos e demais informações que não poderiam ser percebidos ou compreendidos por pessoas com deficiência visual” (BRASIL, 2006).

De acordo com Mazzoni et al. (2001), as bibliotecas das instituições de ensino superior passaram a ser alvo de atenção explícita do MEC, sob os aspectos de acessibilidade, a partir de 1999, quando da publicação da Portaria nº 1.679., a qual dispõe sobre a exigência de acessibilidade para pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e reconhecimento dos cursos. Os autores explicam que dentro da estrutura de uma biblioteca universitária, a acessibilidade envolve tanto aspectos urbanísticos (estacionamento, caminhos de acesso, etc.), como aspectos arquitetônicos (iluminação, ventilação, espaço para circulação entre ambientes, etc.) e aspectos de informação e comunicação (sinalização, consultas e empréstimos, tecnologia de apoio, etc.), qualificando todos os aspectos anteriores, se encontram os aspectos atitudinais – como as pessoas compreendem e constroem o processo de acessibilidade (MANZZONI et al., 2001).

Constata-se que, embora ainda de modo incipiente, cinemas, teatros, museus, parques e outras áreas destinadas ao lazer e à cultura têm sido projetados, construídos ou adaptados contemplando o acesso das pessoas com deficiências e que tenham necessidades especiais, de modo a diminuir os obstáculos à sua participação e à melhor utilização em situação de inclusão social (MAZZOTTA e D'ANTINO, 2011). Para Mazzotta (2006), quando existem obstáculos de acesso aos bens, serviços sociais e culturais, há uma privação à liberdade e a equidade nas relações sociais fundamentais à condição de ser humano.

1.3.LAZER

Segundo Requiça (1976) o lazer pode ser compreendido como o uso que se faz do tempo liberado principalmente das obrigações do trabalho. Dumazedier (1999) afirma que o lazer pode ser conceituado como um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se e dedicar-se sem qualquer obrigação ligada ao trabalho, seja para repousar, divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Ainda segundo o autor para que o lazer ocorra às atividades sociais não podem ser regidas ou reguladas pelas obrigações cotidianas, ou seja, estas atividades devem ser de livre escolha do indivíduo, e não devem ter qualquer relação com o trabalho profissional.

O lazer está na Constituição Brasileira de 1988, Título II, Capítulo II, Artigo 6 como sendo um direito social. Aparece também no Título VIII, Capítulo III, Seção III, Do Desporto, no Artigo 217, no terceiro e último parágrafo do item IV como sendo responsabilidade do Poder Público incentivar o lazer como uma forma de promoção social. No Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, tem havido disposições legais e normativas focalizando o lazer para essas pessoas priorizando as condições de acessibilidade.

Para Pereira (2009) ter acesso ao lazer é fazer uso da sua liberdade e da sua criatividade em se relacionar com os outros. Segundo Mazzotta e D'Antino (2011) pode-se dizer de modo geral que o lazer é entendido como aquilo que se escolhe por propiciar o sentimento de bem-estar, diferentemente do que se deve fazer pela própria sobrevivência.

Marcellino (1996) discute dois aspectos que considera imprescindíveis para a conceituação do lazer: o tempo, ou seja, a disponibilidade do indivíduo fora do seu mundo profissional para exercer tais atividades e a atitude de modo que qualquer

atividade por este prisma pode ser entendida como lazer dependendo da satisfação que ela proporcione.

Peres et. al.(2005) destacam em sua pesquisa sobre lazer, esporte e cultura que, em contextos de grande desigualdade e exclusão social, essa temática concorre, aparentemente, “com outras temáticas e necessidades vistas como mais importantes e básicas para a qualidade de vida. Assim, o direito ao lazer e à cultura frequentemente aparece como um aspecto secundário, se não de viés elitista”.

De acordo com Blascovi-Assis (2001) além de propiciar o sentimento de bem-estar o lazer possui funções terapêuticas. A autora registra a propriedade da educação dessas pessoas pelo lazer e para o lazer. Também registra que o direito ao lazer para esse segmento da população é interpretado, via de regra, como de pouca importância ou sob o prisma da superficialidade diante de outras necessidades apresentadas por tais pessoas, como tratamentos de saúde e educação tidos como necessários.

2. MÉTODO

O estudo consiste em um levantamento de artigos brasileiros (em português) produzidos no período de 2000 e 2018 nas bases de dados SciElo e Lilacs. A busca foi realizada no mês de maio do ano de 2018. Inicialmente, foram realizados três levantamentos na base de dados da SciElo. No total foram encontrados 8 artigos. No primeiro levantamento foram utilizados os seguintes descritores nesta ordem: esporte, inclusão e deficiência. Foram encontrados 3 artigos, porém destes, um não abordava o tema em consideração e foi descartado. No segundo levantamento utilizou-se o descritor cultura no lugar de esporte e foram encontrados 3 artigos, porém um deles foi descartado por não abordar o tema cultura definido conceitualmente neste estudo.

Por fim, em substituição ao descritor cultura utilizou-se o descritor lazer e foram encontrados 2 artigos. Os dois artigos encontrados na busca com a palavra lazer

foram descartados, pois se repetiram, uma vez que já tinham aparecido quando utilizado o descritor cultura. Assim, 4 artigos foram considerados na base de dados SciElo.

Também foram realizados três levantamentos na base de dados da Lilacs. A busca na base de dados Lilacs foi realizada por meio da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e os seguintes filtros foram considerados: artigos, base de dados Lilacs, país Brasil, idioma Português, período de 2003 a 2013. No total foram encontrados 25 artigos. No primeiro levantamento foram utilizados os seguintes descritores nesta ordem: esporte e deficiência. Foram encontrados 4 artigos, que foram considerados. No segundo levantamento utilizou-se o descritor cultura no lugar de esporte e foram encontrados 15 artigos, porém todos foram descartados por não abordar o tema cultura definido conceitualmente neste estudo (exemplo: o termo cultura relacionado ao campo genético).

Finalmente, em substituição ao descritor cultura utilizou-se o descritor lazer e foram encontrados 7 artigos, mas 5 foram descartados por não abordarem o tema lazer definido conceitualmente neste estudo. Dessa forma, 5 artigos foram considerados na base de dados Lilacs. Assim, 10 artigos foram lidos na íntegra e as seguintes variáveis foram analisadas: ano de publicação, revista, tipo de pesquisa (teórica ou pesquisa de campo), tipo de deficiência e tema.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir encontram-se os dados dos artigos encontrados na base de dados SciElo.

Quadro 1: Artigos encontrados na base de dados SciELO.

Ano de publicação	Revista	Tipo de pesquisa	Tipo de deficiência	Tema
2013	Rev. bras. educ. fís. esporte	Teórica	Deficiência física	Esporte
2013	Rev. bras. educ. espec.	Pesquisa de campo	Deficiência sensorial	Esporte
2008	Acta paul. enferm.	Teórica	Todas	Cultura / Lazer
2011	Saúde soc.,	Teórica	Todas	Cultura / Lazer

Fonte: Dados dos autores

A seguir encontram-se os dados dos artigos encontrados na base de dados Lilacs.

Quadro 2: Artigos encontrados na base de dados Lilacs.

Ano de publicação	Revista	Tipo de pesquisa	Tipo de deficiência	Tema
2011	Rev. bras. educ. fís. espec.	Pesquisa de campo	Deficiência física	Esporte
2007	Fisioter. bras.	Pesquisa de campo	Deficiência física	Esporte
2004	Rev. bras. cinc. mov.	Teórica	Todas	Esporte
2010	Licere	Pesquisa de campo	Deficiência física	Lazer
2005	Rev. baiana saúde pública	Pesquisa de campo	Deficiência sensorial	Lazer

Fonte: Dados dos autores

Os artigos foram produzidos a partir de 2004 e publicados predominantemente em revistas voltadas para a área da saúde. Não consta diferença entre o número de artigos de pesquisa de campo e teóricos e entre o número de artigos produzidos em cada tema. Os artigos abordam predominantemente as deficiências física e

sensorial. Esses dados revelam que a produção científica relacionada a esses temas nas bases de dados SciElo e Lilacs é embrionária.

Os artigos registram que para as pessoas com deficiência utilizarem os serviços de esporte, cultura e lazer é necessário que tenha acessibilidade nos locais que oferecem esses serviços. Como cita Mazzotta e D'Antino (2011) de forma incipiente, cinemas, teatros, museus, parques e outros espaços relacionados a essas áreas, têm sido projetados, construídos ou adaptados contemplando o acesso das pessoas com deficiências e com necessidades especiais.

A produção científica analisada também aponta que o discurso acadêmico elucida entraves da inclusão social, que prioriza áreas como educação, mercado de trabalho e assistência em saúde, em detrimento das áreas de cultura, turismo e lazer. Essa informação pode ser também encontrada nos registros de Blascovi-Assis (2001), que explica que o direito ao lazer para pessoas com deficiência é interpretado, via de regra, como de pouca importância ou sob o prisma da superficialidade diante de outras necessidades apresentadas por tais pessoas, como tratamentos de saúde e educação, tidos como necessários. A quantidade de artigos encontrados para a realização deste estudo vai ao encontro dessas informações.

Os artigos registram que o esporte adaptado, considerando as definições de esporte-educação e esporte-participação, apresenta efeitos positivos sobre variáveis como reabilitação e inclusão social, desde que esteja alinhado com uma complexa política social que englobe governo e sociedade. Apontam a importância de estratégias de inclusão adequadas à participação de pessoas com deficiência, inclusive de forma a possibilitar-lhes explorar diferentes formas de movimento na sua relação com o mundo.

Já com relação aos temas cultura e lazer, foi apontada a presença de barreiras que impossibilitam a acessibilidade de forma eficaz e a necessidade de melhorias para permitir que as pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida exerçam sua cidadania nos espaços voltados para essas temáticas.

Pode-se dizer que se não há acessibilidade, a cultura não está cumprindo de forma eficaz seu objetivo de se constituir como um meio do sujeito se relacionar com o mundo, com outras pessoas e com si mesmo (MAZZOTTA E D'ANTINO, 2011). Além disso, se existem obstáculos que envolvem acesso aos bens e serviços voltados para práticas em esporte, cultura e lazer, pode existir uma privação da liberdade do sujeito, como cita Mazzotta (2006) e da sua criatividade em se relacionar com os outros, como cita Pereira na definição do conceito lazer (2009).

Importante ressaltar o número muito baixo de publicações nesta área o que evidencia a importância de pesquisas nestas áreas.

4. CONCLUSÃO

Por fim, a produção científica sobre inclusão nas áreas de esporte, cultura e lazer é incipiente, assim como a projeção, construção e adaptação de serviços e bens destinados a essas áreas, que contemplem o acesso das pessoas com deficiência de modo a favorecer situações inclusivas.

É importante ressaltar que a inclusão social é construída nas relações interpessoais, sociais e políticas, assim, envolve mudanças atitudinais e não apenas arquitetônicas, ambas pautadas no respeito à diversidade individual. Essa construção pode ser também realizada por meio de atitudes e discursos científicos. As pesquisas trazem dados sistematizados e análises da realidade brasileira, se constituem uma das formas em que o conhecimento se solidifica e se dissemina, de forma a objetivar inclusive o reconhecimento de autoridades e de comunidades na busca por mudanças sociais.

Dessa forma, outros estudos devem ser realizados para que se discuta a acessibilidade nas áreas em questão, de forma a contribuir para a construção de novos conhecimentos, que possam vir a favorecer situações inclusivas. Pesquisar as possibilidades de esporte, cultura e lazer das pessoas com deficiência representa a reflexão sobre o direito fundamental da pessoa enquanto cidadão.

Abstract: This study aims to describe and discuss the scientific literature on the inclusion of persons with disabilities in the areas of sport, culture and leisure through databases Lilacs and SciELO. Were considered Brazilian articles produced in the last 19 years (2000-2018). Ten articles were read in full and the following variables were analyzed: year of publication, journal, type of study, type of disability and theme. The data reveal that the scientific production related to these themes in the databases LILACS and SciELO is embryonic. The articles were produced from 2004 and published mainly in magazines geared to health. Does not have significant difference between the number of theoretical and empirical articles and between the number of articles produced in each theme. The articles deal predominantly physical and sensory disabilities. Thus, further studies should be performed to argue that accessibility in the areas of sport, culture and leisure, in order to contribute to the construction of new knowledge, which may promote inclusive situations in these areas.

Keywords: disability, inclusion, sport, culture, leisure

5. REFERÊNCIAS

ARAÚJO P.F. **Desporto adaptado no Brasil**. São Paulo: Phorte; 2011.

BARBANTI, V. O que é esporte? **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 11, n. 1, p. 54-58, Londrina, 2006.

BARROZO, A. F. (et al.). Acessibilidade ao esporte, cultura e lazer para pessoas com deficiência. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, v.12, n.2, p. 16-28, São Paulo, 2012.

BLASCOVI-ASSIS, S. M. **Lazer e deficiência mental: o papel da família e da escola em uma proposta de educação pelo e para o lazer**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 2001.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC)**. Brasília, DF, s.d. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/categoria/apoio-a-projetos/mecanismosde> apoio-do-minc/lei-rouanet-mecanismos-deapoio-do-minc-apoio-a-projetos/>. Acesso em: 04 de outubro de 2013.

CHAUÍ, M. *et al.* **Política cultural**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. Organização das Nações Unidas. 25 de agosto de 2007. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm em 22 de setembro de 2013.

COSTA, A. M.; SOUSA, S. B. Educação física e esporte adaptado: historia avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para

o século XXI. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 27-42, 2004.

DAVID, J. *et al.* Audiodescrição de filmes: experiência, objetividade e acessibilidade cultural **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 24 – n. 1, p. 125-142, Jan./Abr. 2012.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia Empírica do Lazer**, São Paulo: Perspectiva, 1999.

GABRILLI, I. **M. Guia de Acessibilidade Cultural**. Disponível em: <http://acessibilidadecultural.com.br>

JÚNIOR, M. C. M. L. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil, Brasília: Secretaria de Direitos Humanos**. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. Zahar. Rio de Janeiro, 1986.

LUIZ, F. M. R., (et al.). A inclusão da criança com síndrome de Down na rede regular de ensino: desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 14, n.3, 497-508, 2008.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do Lazer - uma introdução**, Campinas: Autores Associados, 1996.

MAZZOTTA, M. J. S. Reflexões sobre inclusão com responsabilidade. **Revista @mbienteeducação**, v.1, n.2, p.165-168, 2008.

MAZZOTTA, M. J. S. Acessibilidade e indignação por sua falta. I Conferência Nacional dos direitos da pessoa com deficiência - Acessibilidade: você também tem compromisso. Promovida pela SEDH/ CONADE e CORDE, Brasília, 2006.

MAZZOTTA e D'ANTINO. Inclusão Social de Pessoas com Deficiências e Necessidades Especiais: cultura, educação e lazer. **Saúde Soc**. São Paulo, v.20, n.2, p.377-389, 2011.

MANZZONI, A. A. Aspectos que interferem na construção de acessibilidade em bibliotecas universitárias. **Ci. Inf.**, v. 30, n. 2, p.29-34, Brasília, 2001.

OLIVEIRA, M. H. M. A avaliação da produção científica. In: WITTER, G. P. (Org.). **Produção científica em psicologia e educação**. Campinas: Alínea, 1999.

PEREIRA, Marcela Andresa Semeghini. Direito ao lazer e legislação vigente no Brasil. **Revista Eletrônica do curso de Direito da UFSM**. Volume 4, número 2 - julho de 2009.

PERES, F. F. et al. Lazer, esporte e cultura na agenda local: a experiência de promoção da saúde em Manguinhos. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 757- 759, 2005.

REQUIXA, R.. **Cadernos de Lazer - Documento 1**, São Paulo/SP: Ed. Sesc, 1976.

SANTOS, J. L. **O que é cultura?** São Paulo: Ed. Brasiliense, 2009.

SAMULSKI, D. **Psicologia do Esporte, conceitos e novas perspectivas**. 2 ed. Editora Manole, 2009

SCHWARZ, A. e HABER, J. **Guia Brasil para todos**. Disponível em: <http://www.brasilparatodos.com.br/>

SOUZA-SILVA, J. R.; PIRES, I. H. Fatores responsáveis pela exclusão dentro do atual modelo de inclusão escolar. **Revista Pandora Brasil**, v.1 n.24, 2010.

SOUZA-SILVA, J. R.; PIRES, I. H.; BLASCOVI-ASSIS, S. M.; PAULA, C. S., Análise da produção científica de dez anos da revista Psicologia: Teoria e Prática. **Psicologia: Teoria e Prática**. São Paulo, v.12, n.3, 2010.

SOUZA-SILVA, J. R.; TORRES, C. M. Análise da produção científica de dez anos dos Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, São Paulo, v.11, n.1, p. 120-124, 2011.

STIGGER M.P. **Educação física, esporte e diversidade**. Campinas: Autores Associados, 2005.

TUBINO, M. **O que é esporte?** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1999.

WITTER, C. Produção científica e educação: análise de um periódico nacional. In: WITTER, G. P. (Org.). **Metaciência e psicologia**. Campinas: Alínea

Publicado na Revista Vozes dos Vales - www.ufvjm.edu.br/vozes em: 05/2020

Revista Científica Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

www.ufvjm.edu.br/vozes

www.facebook.com/revistavozesdosvales

UFVJM: 120.2.095-2011 - QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524 - ISSN: 2238-6424